

Narrativas orais de moradores do distrito de Bragantina, município de Assis Chateaubriand, oeste do Paraná*

Marilda Marques**

Este artigo tem como finalidade apresentar algumas reflexões sobre experiências compartilhadas e rememoradas por moradores do distrito de Bragantina,¹ município de Assis Chateaubriand,² oeste do Paraná, a partir da década de 1960. Estão em foco narrativas sobre experiências da colonização e ocupação de um espaço social, em que os sujeitos produzem sentidos sobre os motivos que os impulsionaram a se deslocar para a região, a formação do espaço, as experiências compartilhadas, os estranhamentos, a luta pela terra, as diferenciações e a diversidade populacional encontrada no local.

Essas narrativas remetem às memórias individuais e coletivas, nas quais cada sujeito descreve suas vivências íntimas únicas e, ao mesmo tempo, as vivências compartilhadas na relação com o grupo. Para Portelli, a história oral e as memórias se configuram “em um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias” (Portelli, 1997, p. 72).

* Este texto é um desdobramento da dissertação de mestrado intitulada *Identidade e diferença: memórias sobre (e da) população do distrito de Bragantina, Assis Chateaubriand – Paraná (1960-2012)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, linha de pesquisa Práticas Culturais e Identidades. Orientador: Marcos Nestor Stein.

** Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: marilda-marques@uol.com.br.

- 1 O distrito judiciário e administrativo de Bragantina foi criado pela Lei nº 5.489, de 31 de janeiro de 1967.
- 2 Assis Chateaubriand foi elevado a município em 20 de agosto de 1966. Sua economia gira em torno do comércio, da agricultura, piscicultura, avicultura e suinocultura.

Assim, as memórias individuais e coletivas delinham a construção das identidades dos sujeitos em relação a si e aos outros, em uma relação de troca que pressupõe aceitação e negociação constante. Logo, “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, [...] de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p. 204).

A noção de identidade é aqui entendida “como um significado cultural e socialmente estabelecido” por meio da linguagem (Silva, T. T., 2011, p. 89), pois foi através da fala que os moradores de Bragantina se posicionaram, atribuíram classificações e estabeleceram diferenças ao falar de si e de outros sujeitos. Assim, a identidade não se constitui em uma essência, mas em posicionamentos (Hall, 2003).

As narrativas presentes neste artigo referem-se a três entrevistas realizadas no final de 2011 e início de 2012 com moradores do atual distrito de Bragantina. Foram entrevistados dois homens e uma mulher, todos residentes no local desde a década de 1960 e oriundos de diferentes estados do Brasil: Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

A metodologia empregada na produção das entrevistas foi a história de vida proposta pela historiadora Verena Alberti (1980). Interessa-nos compreender como essas pessoas constroem suas histórias de vida ao narrar sobre as experiências e vivências no processo de colonização e ocupação articuladas com suas trajetórias de vida.

O atual distrito de Bragantina foi sendo historicamente construído, inserindo-se na economia paranaense e brasileira a partir da segunda década do século XX. Tal fato é decorrente da implantação da política nacional “Marcha para o Oeste”³ pelo governo brasileiro, visando nacionalizar as fronteiras agrícolas do estado do Paraná e promover a colonização desse espaço.

A colonização, segundo Bosi (1992), é compreendida como uma forma de ação totalizante; na medida em que determina a ocupação de um novo chão para sua exploração e de seus bens de forma privada ou estatal, submete seus naturais e sobrepõe um modo de ser e uma forma de apropriação da terra sobre outros.

3 “Sob a ótica no nacionalismo, característico da política ideológica do Estado Novo, a Marcha para o Oeste propunha que as fronteiras econômicas coincidisse com as fronteiras políticas. Para Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava contemplar a ocupação do território através da colonização” (Gregory, 2002, p. 13).

Como se fossem verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização. Mas o novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais: há um plus estrutural de domínio, há um acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador emprestando-lhes às vezes um tônus épico de risco e aventura. (Bosi, 1992, p. 12-13).

Sob esse olhar totalizante que envolve a colonização empreendida na área pertencente a Assis Chateaubriand, também conhecida como “imóvel” ou “gleba” Santa Cruz, encontram-se mesclados interesses políticos, econômicos e sociais. A colonização dessa área envolveu interesses de empresas colonizadoras que encaravam esse processo como um negócio, lucrando com a venda das terras. Para o Estado, significava uma política de povoamento, desenvolvimento e segurança de uma área pouco habitada, e, para muitas pessoas, simbolizava a conquista de uma área de terra que pudesse propiciar melhores condições de vida e trabalho para a família.⁴

O oeste do Paraná, segundo Wachowicz (1987), foi palco de disputas fundiárias que se acentuaram a partir da segunda metade do século XX. Em meio a essas disputas, no ano de 1952, o empresário Adízio Figueiredo dos Santos adquiriu uma área de terras que abrangia área do atual município de Assis Chateaubriand, conhecida na época por “imóvel Santa Cruz”, para fins de colonização através da Sociedade Colonizadora União D’Oeste Ltda.

No ano de 1958, a Colonizadora União D’Oeste Ltda. vendeu as terras ao empresário Oscar Martinez, dono da Colonizadora Norte do Paraná, que passou a efetivar a regularização das terras daquela área.

A área de terra da gleba Santa Cruz, que era administrada pelo município de Guaíra, passou a ser administrada pelo município de Toledo em 1952. No ano de 1965, Toledo criou o distrito de Assis Chateaubriand, elevado à categoria de cidade em 1966. Na sequência desse processo, o município de Assis Chateaubriand criou o distrito de Bragantina em 1967.

Segundo Maior (1996),⁵ “as melhores terras do Brasil”, localizadas à margem esquerda do rio Piquiri, teriam sido largamente divulgadas na década de 1950 como mercadoria de grande valor econômico, fertilidade e riqueza.

4 Sobre este aspecto da colonização, ver Gregory (2010).

5 Laércio Souto Maior nasceu no estado de Pernambuco, no nordeste brasileiro. Na ocasião da obra, exercia a função de Secretário de Planejamento de Assis Chateaubriand (Maior, 1996).

De São Paulo a Londrina, de Curitiba a Maringá, não se falava em outra coisa nos escritórios das colonizadoras, hotéis, bares, restaurantes, rodoviárias e estações ferroviárias apinhadas de fazendeiros, sitiantes, corretores de venda de terras, peões, ‘gatos’ pistoleiros, aventureiros de toda parte do Brasil e do mundo. (Maior, 1996, p. 29).

Segundo o autor, as companhias colonizadoras teriam investido de forma rápida na estrutura urbana e rural, como na “[...] metragem, divisão e venda dos lotes de 5, 10, 15 e 20 alqueires paulistas [...] às vilas e cidades que serviam de base de irradiação de vendas dos lotes rurais tornando-se [...] as metrópoles interioranas dos dias de hoje” (Maior, 1996, p. 33-34).

Ao se referir às ações da Colonizadora Norte do Paraná no meio rural, Maior ressalta que a empresa “[...] implantou uma reforma agrária capitalista, evitando a existência de grandes latifúndios que inviabilizariam, com certeza, o desenvolvimento do município de Assis Chateaubriand por muitos anos” (Maior, 1996, p. 118). Assim, a ocupação do distrito, da qual muitas pessoas tomaram parte, foi baseada em pequenas propriedades rurais nas quais homens e mulheres se dedicavam à produção agropecuária e ao comércio, inicialmente para manutenção familiar e, mais tarde, para o mercado regional e nacional.

Essas experiências estão presentes nas memórias de alguns moradores do distrito de Bragantina, cujas narrativas são objeto de análise deste trabalho. Trata-se de vivências de pessoas comuns que vão se constituindo enquanto sujeitos e compoendo suas histórias e da região.

O “jeito do outro” e o “jeito da gente”

Iniciaremos a análise com a entrevista da senhora Iolanda Gonçalves de Lima, 92 anos, nascida em Timbó, município de Santa Catarina, agricultora aposentada, viúva e residente atualmente no distrito de Bragantina.

Filha de pequenos agricultores, Iolanda migrou com o marido e os três filhos para o meio rural nas proximidades do atual distrito de Bragantina, em princípios da década de 1960. Narrou sobre sua itinerância iniciada ainda na infância, quando se mudou, com os pais, de Santa Catarina para Pato Branco, sudoeste do Paraná, e, mais tarde, para o oeste do mesmo estado.

Lembra que foi por insistência do marido que vendeu suas terras e se mudou para o atual distrito de Bragantina, onde teria de enfrentar o mato,

que era abundante na época: “Daí vendemos, daí tivemos que se meter naquele matão” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012).

A senhora Iolanda, ao rememorar sua mudança para a região oeste, não demonstrou pesar ou descontentamento. Estava decidida a transformá-la na sua morada definitiva enfrentando as adversidades: “Mas eu falava assim, para o meu marido: ‘Eu vou para lá, nesse mato. E com fé em Deus vou morrer e ser enterrada lá’” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012).

Iolanda expressa seu descontentamento frente à nova morada, mas de imediato reforça seu sentimento de contentamento em saber que a família estaria toda reunida ali. A preocupação em torno da saúde dos filhos também era algo que a afligia: “Ah, eu fiquei triste. Mas em pensar: o meu marido está aqui, os meus filhos estão todos aqui. Deus vai iluminar que não fique ninguém doente” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). Para Iolanda, o lugar de pertencimento seria o lugar em que a família estivesse alicerçada, e a espera de dias melhores fazia com que ela não desistisse da luta.

Com relação ao ano em que se mudou para a região, Iolanda não soube precisar. Acredita que tenha sido por volta de 1959, 1960. Essa imprecisão decorre do fato de seu marido e o filho mais velho terem vindo primeiro e, somente após um ano, ela e o restante da família se mudarem. A esse respeito, ela argumenta: “Depois que já tinha começado aqui, que já fazia um ano que o velho tinha vindo, já tinha arrumado, já tinha vaca de leite. Então eu vim com os dois mais novo” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). A narrativa mostra que havia uma preocupação por parte do marido em proporcionar a ela e aos filhos condições mínimas de subsistência no local.

Ao narrar sobre a aquisição da terra, Iolanda conta: “[foi] de um que eles tinham o rancho ali, e esse homem, eu não sei lembrar o que que aconteceu, que ele quis vender ali” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). Na sequência da fala, relembra que, somente após o falecimento do marido é que a documentação referente à propriedade teria sido regularizada: “Depois que o meu velho morreu que nós fizemos as escrituras... [...] é, eu tinha tudo os documentos que a gente pagou, só que não sei como é que foi [...], as escrituras foram feitas tudo depois” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). A fala indica que as terras não teriam sido compradas do Estado ou da empresa de colonização, mas de um terceiro que já morava no local e que, provavelmente, teria apenas a “posse da terra”.

Sobre os conflitos agrários ocorridos na área pertencente a Assis Chateaubriand, Iolanda menciona a presença de posseiros e a forma de violência

empreendida contra eles: “Meu Deus do céu. Uma vez tinha uns posseiros, pra banda de Tupãssi...⁶ porque daí vinha aqueles policiais de fora, queimavam o rancho daquela gente” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). Para Iolanda, a figura do posseiro não estava relacionada ao fato de este não possuir o título das terras, mas ao conflito agrário. Na visão de Grynspan (apud Motta, 2010, p. 376), o posseiro “é aquele que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade”.

A narrativa que segue mostra a experiência de vida que a senhora Iolanda compartilhou com pessoas oriundas de outras regiões do Brasil e que foram significativas. Menciona que o marido havia cedido um pedaço de terra para uma família vinda da Bahia cultivar lavoura de subsistência, prática comum na época.

Eu custei a me acostumar com o jeito do povo, com o jeito do povo falar, do jeito do nome das coisas. Veio morar uns baianos com nós, meu Deus, mas que gente boa, aquela gente, aquelas mulheres me ajudavam tanto, a fazer pão no forno. E a gente trabalhava. Daí meu velho arrumou um pedaço de terra para eles plantar. No tempo que veio, estava começando Assis. (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012).

Para a senhora Iolanda, os costumes eram diferentes e ela teria levado algum tempo até se adaptar a eles. No entanto, não é a dificuldade de adaptação que ela destaca nessa narrativa, e sim a forma de identificação e qualificação ao outro, os quais ela nomina como baianos e “gente boa”. Se num primeiro momento houve estranhamento, no decorrer da convivência, passou a existir identificação entre eles. O trabalho passou a ser um elemento de identificação entre a senhora Iolanda e as pessoas de diferentes regiões com as quais conviveu.

As diferenças no “modo de falar” apresentavam-se para usos e costumes naquele período. Iolanda rememora um episódio quando as diferenças regionais se fizeram presentes. Segundo ela, naquela época, era comum sua família fazer uso de remédios caseiros: “A gente usava aqueles remédios caseiros, tanta coisa, homeopatia. Tinha tudo que é espécie, né, não tinha farmácia, era tudo mais difícil” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). Num dado

6 Sobre os conflitos agrários ocorridos nessa região, ver Colognese (1999).

momento, foi procurada por uma vizinha que estava com o filho doente, e buscava por um remédio de nome “óleo de além”. Iolanda diz ter estranhado, pois conhecia como “graxa provática”. A narrativa que segue ilustra essas diferenças e os significados atribuídos por Iolanda. Vejamos:

Para os mineiros era óleo de além, eles falavam – será que a gente arruma óleo de além? Daí eu digo: ‘Nós temos aí, mas é graxa provática’ – era um óleo bem grosso, assim, bem escurinho, assim. Era difícil de compreender eles. Aí eu mostrei, ela disse: ‘É esse memo. Mas para nós é conhecido por esse nome.’ Mais na bula estava graxa provática. Ela tinha um menino que estava com uma tosse, aí eu digo: ‘Esse é bom, porque quando nós morávamos em Santa Catarina curava a tosse comprido naquele óleo.’ (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012).

A narrativa leva à compreensão da existência de um campo de estranhamentos e solidariedades entre vizinhos no local. Iolanda toma conhecimento de que o remédio que ela conhecia de longa data, desde Santa Catarina, por um nome, em Minas Gerais era denominado por outro. Vale ressaltar que os estranhamentos não deixaram de possibilitar a ajuda mútua e a solidariedade entre vizinhas. Iolanda relata com satisfação o efeito benéfico causado pela indicação do remédio: “Não é que o menino usou o tal de óleo de além e curou a tosse!” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). Segundo Oliveira, a medicina tradicional ou popular fortalece “as relações sociais entre as pessoas, já que se pressupõe ajuda e solidariedade. Além disso, ela é uma medicina barata, próxima e acessível” (Oliveira, 1984, p. 168).

As lembranças da senhora Iolanda vão delineando as suas identidades no jeito de preparar os alimentos, na maneira de falar, no trato com a saúde, sempre na relação com o outro. As trocas culturais também vão ocorrendo na medida em que um experimenta e compartilha o que vem do outro, assim a cultura é entendida como “um processo social que cria ‘modos de vida’ específicos e diferentes” (Cuche, 2002, p. 11).

Na continuidade da narrativa, Iolanda vai definindo outras práticas culturais diferentes das suas. Ela vincula a maneira de preparar os alimentos com a região de procedência.

Era diferente o jeito de fazer a comida [...], muito diferente do povo do norte. Depois eles se acostumaram com o jeito da gente. Eu digo: ‘Vocês

têm que fazer do meu jeito'. Aí fazia as comidas deles e depois a gente foi acostumando, era boa. (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012).

Iolanda vai se posicionando e definindo sua identidade através da linguagem e diferenciando o outro e suas práticas como “povo do norte”. Também constrói, no ato de narrar, uma fronteira entre diferentes grupos. Para Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 152), “as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade [...]. A identidade só pode ser concebida senão na fronteira do ‘Nós’, em contato ou confrontação, ou por contraste com ‘Eles’”.

Na continuidade de sua narrativa, Iolanda mostra as diferenças no preparo da pamonha entre os “catarinenses” e o “povo do norte”. Veja que o estado de Santa Catarina é, para Iolanda, uma referência ao falar de seus usos e costumes, enquanto que as demais pessoas são identificadas de maneira genérica a partir de uma região. Faz elogios a eles no que se refere ao cuidado em preparar os alimentos, ao seu capricho. Contudo, imprime seu olhar sobre a condição socioeconômica dos demais, definindo-os como pobres.

Nós conhecíamos pamonha, pamonha catarinense. Mas elas faziam muito salgado, e misturado carne moída no meio, e fazia ela bem temperadinha. E para nós pamonha tem que sê doce, com queijo, com coco. A nossa pamonha, pamonha de catarinense era assim. Às vezes, a gente provava e achava bom, porque eles eram muito caprichosos, fazia as coisas, né. Tinha tudo limpinho. Sempre digo sê pobre não é defeito. Mais pobre do que aquela gente... (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012).

Reiteradas vezes menciona ter sido difícil a adaptação no local, embora tentasse compreender a particularidade de cada um ao mencionar: “Cada lugar é uma diferença do povo viver. Mas eu custei de acostumar com o jeito de falar as coisas, interpretava outra coisa, às vezes” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012).

Segundo Iolanda, a agricultura praticada por sua família na região de Assis Chateaubriand, naquele período, era diversificada e a produção destinava-se às despesas da família e à criação de animais. Relata que iniciaram com “[...] pasto e um pedaço de lavoura de fumo, mandioca, milho, batata-doce, feijão, arroz para a despesa e para manter a criação” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012).

Outros significados vão sendo delineados através das memórias da senhora Iolanda, como relações de amizade construídas no lugar. O relato que segue mostra como procedeu um morador, identificado por Iolanda pela nacionalidade, ao saber da chegada de sua família ao local: “Aí tinha [...] uns polacos, e quando souberam que tinha chegado uma família aqui, vieram passear, trouxeram um casal de galinha de presente, menina. Aí nós batizamos um menino deles. Depois foram embora” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012).

Essa prática de visitar o novo morador e levar um presente era uma forma de estreitar os laços de amizade entre vizinhos, bem como de estabelecer uma rede de solidariedade entre eles. Uma imagem do vivido foi reconstruída por Iolanda a partir de uma perspectiva pessoal e relacional com aquele ambiente, quando diz: “Antigamente, aqui, quando [...] um novato que não tinha as galinhas para começar, uma leitoa, aquele que tinha mais [levava e dava ao recém-chegado] para começar. O povo catarinense também tinha esse costume” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). Iolanda chama atenção para o fato de esse não ser um costume apenas do “polaco”, mas também, dos “catarinenses”. Há uma identificação com o costume do “outro” ao mesmo tempo que unifica “o povo catarinense” a partir dessa prática. De forma nostálgica, Iolanda diz: “Mas eu nunca me esqueço aquelas galinhas deles, o tamanho daquelas galinhas, pescoço pelado” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). São lembranças que permanecem vivas na memória de Iolanda.

O estranhamento constitui um marco na memória de Iolanda, que o manifesta ao dizer que só veio a conhecer pessoas do “norte” na região oeste do Paraná: “Santa Catarina, uns lugares que nós vivemos, Chapecó, não tinha esse pessoal do norte, era só do Rio Grande, catarinense” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). A constituição da identidade é relacional. Ela não se dá no vazio, mas a partir de relações com aqueles considerados diferentes.

Finalizando a entrevista, Iolanda fez um comentário interessante: “Sempre os meninos [filhos] dizem: ‘Mãe, o que passou, passou, vamos ver pra frente’” (Iolanda Gonçalves de Lima, 2012). Percebe-se que, para a família de Iolanda, falar do passado é atualizar sofrimento e que, para eles, essas lembranças não devem ser remexidas. Talvez, para os filhos de Iolanda, esquecer seja uma maneira de preservá-la das lembranças tristes, como o falecimento do marido.

As narrativas de Iolanda permitiram a percepção da construção das fronteiras entre a população “catarinense” e o “povo do norte”, os “capixabas”

ou os “polacos”. Seus relatos enfatizam a existência de inter-relacionamento, solidariedade e troca de experiências entre pessoas com costumes e procedências diversas que lhe conferem a condição de “estabelecida” no local (Elias; Scotson, 2000).

“Chegamos aqui, meu Deus, encontravam eles com espingarda nas costas, ‘38’ aqui, facão aqui”

A segunda narrativa que apresentamos é a do senhor Izaltino Roberto Pesarini, 78 anos, viúvo, agricultor aposentado e residente no meio rural. Izaltino nasceu em Vila Roberti, estado de São Paulo, de lá se mudou com os pais para o norte do Paraná e, mais tarde, já casado e pai de dois filhos, rumou para o oeste do Paraná, onde reside até os dias de hoje.

Em suas narrativas, permeadas por uma temporalidade peculiar, Izaltino nos remete ao tempo em que trabalhava nas lavouras de café, primeiro no estado de São Paulo e, depois, no norte do Paraná, no município de Guaraci. “De Guaraci, eu só enfrentei sertão! [...]. Lá em São Paulo sempre café. Aí ele comprou esse pedaço para nós, aí” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011). Menciona que sempre teve de enfrentar situações desafiadoras como o “sertão” para realizar o sonho de cultivar o café. O “sertão” deve ser entendido aqui como um espaço físico-geográfico de terra fértil com predominância de floresta. Segundo Barros (apud Motta, 2010, p. 425), o termo sertão possui sentido ambíguo, “porque nomina regiões geoclimáticas de características opostas”.

A aquisição das terras na área pertencente a Assis Chateaubriand, no final da década de 1950, foi realizada pelo pai do senhor Izaltino, para os três filhos: “Aqui nós era em três irmãos, foi 34 alqueire cada um e se tornou 102 alqueire” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011). Segundo ele, os irmãos retornaram para o norte do Paraná, mas ele permaneceu no local na medida em que o vínculo com a terra natal foi se desfazendo e ele se estabelecendo.

Em sua narrativa, rememorou que, antes de trazer sua família para a propriedade, organizou um espaço onde pudesse se estabelecer com os trabalhadores contratados para ajudar na derrubada da mata: “E aí fizemos uns barracões, [...] e onde trouxemos os peões para derrubar o mato. Veio uns de lá, mas, mas foi arrumado aqui” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011).

Izaltino, em suas lembranças, constrói dois momentos: aquele em que começou a derrubar a mata com a ajuda de peões e o período de mudança

definitiva para o local: “Começamos a mexer aqui entre 1959/1960. Mas de morada mesmo foi em 1961/1962” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011). Suas lembranças remetem às dificuldades daquele tempo, quando muitas coisas estavam por fazer.

Segundo ele, o atual município de Assis Chateaubriand estava apenas começando e as estradas de acesso utilizadas por ele e os peões até a propriedade teriam sido aquelas abertas por posseiros: “Mas não tinha Assis! Nós vínhamos por estrada velha, acho que era de posseiros, aí” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011).

Ao ser instigado a falar sobre a compra das terras, prontamente respondeu que foram compradas na Colonizadora Norte do Paraná de Maringá: “A gente veio pra cá com o título certinho da colonizadora” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011). Para Izaltino, o fato de ter comprado as terras diretamente da colonizadora lhe dava a segurança de que os títulos eram legais. Também era importante, no momento da entrevista, dizer que o “título era certinho”, pois seria uma forma de se diferenciar daqueles que não tinham o título das terras, os chamados “posseiros”.

Ao ser indagado sobre a existência de posseiros naquele local, ele responde:

Deus o livre, no Cinco Mil estava cheio de posseiro. Eles moravam tudo em rancho de palmito. Sei lá de onde era esse povo! Não sei se era do sul, de onde era. Pra falar a verdade, eu não sei nem que raça era, que eu não queria nem papo com essa gente. Tinha um medo danado [risos]. (Izaltino Roberto Pesarini, 2011).

A narrativa de Izaltino evidencia a existência de posseiros nas proximidades de suas terras, em uma área chamada de Cinco Mil. Porém, ao ser indagado sobre eles, demonstrou com muita veemência o medo que sentia daquelas pessoas, a tal ponto de não querer proximidade, diálogo ou mesmo saber de sua procedência. Fica evidente que, para Izaltino, os posseiros representavam perigo à vida e à propriedade.

Sobre essa questão, Silva (2011) traz à tona narrativas orais de moradores de Assis Chateaubriand, as quais apontam para a presença de posseiros no Cinco Mil. Tal fato teria ocorrido na ocasião em que a empresa Colonizadora Norte do Paraná, ao iniciar o planejamento da área central da cidade de Assis Chateaubriand, deparou-se com centenas de famílias ocupando o local.

Segundo as narrativas, a empresa teria expulsado um número considerável de posseiros daquele local, obrigando-os a se refugiarem em uma área denominada de Cinco Mil Alqueires, consideravelmente afastada da cidade de Assis.

A expulsão dos posseiros para o Cinco Mil, segundo menciona Silva, resolveu a situação de conflito apenas por algum tempo. Os posseiros continuaram sofrendo ameaças de jagunços a mando da colonizadora para abandonarem a área ou pagarem pela terra. Os posseiros, por outro lado, se armaram para se defender e tentar garantir o direito à terra: “[...] quando os jagunços foram enviados para a Gleba Cinco mil, foi que a violência tomou conta [...], já que havia um número grande de posseiros, também armados, que resistiram a mais uma tentativa de expulsão” (Silva, M.C.R., 2011, p. 6).

Izaltino, ao mencionar que ele e seus irmãos estavam protegidos pelos jagunços a mando da Colonizadora Norte do Paraná, confirma tal fato: “Quando eu vim, a companhia tinha jagunço, já rezou o padre-nosso aí. Avisa aí, vem os meninos abrir uma área grande, aí de quem colocar as mãos neles!” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011). Essa narrativa reforça a ideia da existência de jagunços naquela área, bem como a de que eles protegeriam a propriedade de Izaltino contra a ação dos posseiros. Entretanto, Izaltino menciona que, quando se mudou para a sua propriedade, “os posseiros já estavam tudo meio acertado, aí. Já tinham saído bastante, né” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011). Segundo ele, o conflito agrário entre os posseiros e a colonizadora já estaria praticamente resolvido, contudo, não soube relatar como teria sido o “acerto”.

Ao compartilhar suas experiências sobre o tempo de sua chegada, diz que também andava armado, assim como os posseiros: “Chegamos aqui, meu Deus, encontrava eles com espingarda nas costas, ‘38’ aqui, fação aqui. Os posseiros do Cinco Mil aí, né. Eu com ‘32’, eles tudo com ‘38’” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011). Cabe sublinhar que o medo apresentado por Izaltino não era com relação ao jagunço, e sim ao posseiro, pois este era quem representava perigo ao proprietário de terra.

Izaltino rememorou com veemência que seu objetivo no oeste do Paraná seria cultivar café. Com esse intuito, menciona que várias famílias foram trazidas de Guaraci, norte do Paraná: “Nós trouxemos tudo de lá, tudo gente conhecida que trabalhavam com café” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011). Em suas lembranças, Izaltino expressa um certo pesar pela impossibilidade de realizar o sonho de cultivar café na região oeste devido às fortes geadas ocorridas naquele período: “Aí que foi interessante. Depois que eu entrei,

plantei o café, começou a gear. Geada, geada matava café até dentro da cova” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011). Schreiner (1997), em sua pesquisa sobre a formação da cultura do trabalho na região do extremo oeste do Paraná, menciona as mudanças impostas pela modernização agrícola capitalista na nova fronteira:

Nos anos setenta, o Extremo Oeste do Paraná, mesmo não tendo contado com a riqueza do café, e apoiada na pequena propriedade familiar, situava-se como uma das áreas mais importantes do Estado. No final dos anos 70 e especialmente durante a década de 1980, a euforia nacional chegou a esta região iniciando um processo de rápidas transformações. Esse processo denominado ‘a modernização da agricultura’, é caracterizado pela mecanização e tecnificação da lavoura integrando as regiões agrícolas ao mercado internacional. A terra é mecanizada e ocupada, basicamente, pelas culturas de soja e trigo. As máquinas tomam o lugar dos homens que sequer como boias-frias conseguem emprego. Junto com a modernização da agricultura, surge o êxodo rural. (Schreiner, 1997, p. 20-21).

Esse cenário de mudanças ocasionadas pela “modernização da agricultura” – em que a policultura vai dando lugar à monocultura, o trabalho manual vai sendo substituído pelas máquinas, a cultura do café vai sendo eliminada para a entrada da cultura da soja e do milho – afeta diretamente as práticas até então adotadas pelo senhor Izaltino. Ele lembra que a soja foi sendo introduzida em sua lavoura com a utilização de máquinas agrícolas, após a erradicação do café, no início da década de 1970: “Em 1971, começou a destoca, aí foi aonde que vieram esses alemães e nós nem conhecia bem soja, eles já mexiam com soja lá, então tiraram esses maquinários, e aí arrendamos” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011).

Instigado a falar sobre a população que foi chegando e se estabelecendo no atual distrito de Bragantina, ele diz: “Bragantina logo começou a juntar mais gente do norte, do sul também. Mais aí já... já um respeitava o outro” (Izaltino Roberto Pesarini, 2011).

Embora evidencie a polarização entre a população do “norte” e do “sul” e deixe transparecer a existência de conflito, ele não demonstra estranhamento com relação às pessoas que passaram a compor o universo social do local. Evidencia-se em sua narrativa que houve negociações e aceitabilidade na convivência entre os moradores.

“A gente não tinha nada lá! Eu vim aqui comprar uma chacinha”

Passaremos agora para a análise da última narrativa oral, a entrevista com o senhor Ezequiel F. Oliveira, 83 anos, agricultor aposentado, casado e residente atualmente no distrito de Bragantina. Nasceu no distrito de Campo do Brito, no estado do Sergipe, e mudou-se para Paranagi, norte do Paraná, no ano de 1955.

Ezequiel relembra seu trabalho como agricultor realizado durante nove anos em uma fazenda chamada Ouro Branco, no Paraná. Após esse tempo, ressalta que o proprietário da fazenda decidiu mudar de atividade; em vez da agricultura, passou para a criação de gado, que “daria menos trabalho pra ele” (Ezequiel F. Oliveira, 2011). Esse espaço passa a ser visto como o lugar do outro, quando diz: “A gente não tinha nada lá, não tinha nada. Ali [Paranagi] é região de soja, de rico. Eu vim aqui comprar uma chacinha” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

Os sentidos da mudança para o Paraná vão sendo significados no decorrer da entrevista. Há um sentimento de expulsão, de não pertencimento ao local devido à mudança adotada pelo proprietário da fazenda, o que afetou o modo de vida de Ezequiel. Com isso, reacende um desejo de mudar, de transpor o limite do outro em busca de novas oportunidades.

É possível dizer que a decisão de migrar não foi uma opção, mas uma necessidade, pelo fato de não ser proprietário da terra. Ezequiel passou a se sentir estranho em um lugar que, segundo ele, era só “de rico”. Segundo Martins, “a necessidade de migrar é resultado de que o [sujeito] vive no limite da mera subsistência. Fato que se agrava em consequência do cerco que o capital lhe impõe” (Martins, 1986, p. 52-53). A narrativa de Ezequiel revela que cada experiência ganha sentido único, somente possível no fazer-se.

Ezequiel relembra que as notícias sobre a área pertencente ao atual município de Assis Chateaubriand não eram as mais animadoras. A reação das pessoas, ao mencionar o desejo de se mudar para a região, era a seguinte:

Naquele ano que nós viemos para cá, em 1964, o pessoal comentava muito que tinha bicho, que tinha onça [...]. Mas nós saímos de lá de Paranagi, [...] e o pessoal [perguntava]: ‘Pra onde é que vocês vão? Vão pra Tupãssi! Ah, mas vocês não têm medo de onça, de malária?’. Mas a gente não tinha nada

lá. Ali era uma região só mais de rico. Então aqui eu vim comprar uma chacinha. (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

Veja que Ezequiel não fala de Assis Chateaubriand, mas faz referência a um lugar chamado de Tupãssi, que, na época, era distrito de Guaíra. Ezequiel decidiu conhecer a região no ano de 1964 e, se fosse possível, comprar uma área de terra. Ia investir seu dinheiro, pois, segundo ele, “não tinha nada lá, em Paranagi” (Ezequiel F. Oliveira, 2011). O intuito era escolher a propriedade, negociar os valores com a companhia e só depois retornar para Paranagi e levar a família: “É, eu vim primeiro, olhei e voltei lá pra pegar dinheiro, né. Paguei [...] pra Companhia Norte do Paraná. Comprei em prestação, né. Quarenta por cento de entrada, em três anos” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

Ezequiel demonstra em sua fala que tinha uma vida simples no norte do Paraná e que tudo o que possuía lá, incluindo sua família, foi trazido para a nova morada: “Tinha seis filhos e três nasceu aqui. Tinha mantimento, trouxe arroz, galinha, trouxe um animal. Até cabrito veio na mudança [risos]. O cabrito era pra dá de mama à menina que eu trouxe” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

Com relação ao custo das terras na época, Ezequiel diz que eram baratas e menciona ter comprado apenas cinco alqueires, por prudência: “Eu comprei cinco alqueires, era barato. Eu não comprei mais porque fiquei com medo de ficar sem dinheiro. [...] a filha mais velha era a Maria, tinha dez anos, filhos tudo pequeno, aí fiquei só com cinco alqueires [...]” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

As preocupações de Ezequiel se assemelham às preocupações de Iolanda com relação à saúde dos filhos. A fala demonstra que a prudência com a família fez com que Ezequiel não se arriscasse empregando toda a sua economia na compra de terra. Temia precisar de dinheiro e não ter a quem recorrer, porque não tinha conhecidos na região. Era um lugar estranho, denominado por ele de “sertão”: “Como de fato logo que cheguei, meu filho Joaquim deu pneumonia [...]. Graças a Deus não morreu ninguém, nem passamos fome e não foi comido por nenhum bicho [risos]” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

As lembranças, que foram aflorando ao narrar as experiências e vivências da formação do atual distrito de Bragantina, fizeram de Ezequiel protagonista e condutor de sua história, o que fica evidente quando ele afirma: “Então eu vim para aqui, comprei essa chacinha ali embaixo, que até hoje eu tenho” (Ezequiel F. Oliveira, 2011). Por que se faz importante para Ezequiel

dizer que até hoje possui a chacinha? Nem sempre o pesquisador consegue compreender a força e o significado do relato. A narrativa induz a pensar que, para ele, possuir a chacinha significou uma vitória, pois passaria a ser proprietário, saindo da condição de empregado. Por outro lado, demonstra que essa condição lhe possibilitou se fixar no local, ao contrário de tantas outras pessoas que venderam suas propriedades, retornaram para os lugares de procedência ou seguiram em busca de novas oportunidades.

Na sequência do relato, Ezequiel menciona que houve “propagandas” sobre a região de Assis Chateaubriand: “Quando correu a notícia, aquilo era gente, gente, que só vendo” (Ezequiel F. Oliveira, 2011). Tal “notícia” atraiu pessoas de diferentes estados e esse fato é um marco em suas memórias. No remexer das recordações, soou forte o grande número de pessoas que chegaram e saíram, principalmente do estado do Espírito Santo, denominadas por ele de “capixaba”: “Deus me livre quanto capixaba tinha aqui, foi embora tudo, acredita? Uns foi embora pra Rondônia [...], outros voltaram” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

Nesse relembrar, Ezequiel menciona não apenas as pessoas que chegaram ao local, mas também aquelas que continuaram sua trajetória de itinerâncias: “Foi bem naquela época que a colonizadora começou colonizar aqui, veio gente de São Paulo, [...] do nordeste e do Rio Grande, também de Santa Catarina, vinha muita gente de lá. E foi, aqueles catarinenses foi embora quase tudo” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

Ezequiel lembra que a maioria das pessoas eram proprietárias de terras, possuíam entre cinco e dez alqueires: “A maior parte deles tinha roça, cinco alqueires, dez alqueires. Aquele lado de lá dessa água daí, tudo tinha loteado de cinco alqueires” (Ezequiel F. Oliveira, 2011). Ezequiel afirma não entender o motivo da saída dessas pessoas, já que ele também era pequeno proprietário e permaneceu no local. Em nenhum momento ele relaciona a saída dessas pessoas com a ocorrência da mecanização agrícola e da introdução da monocultura, como a da soja.

A presença do outro foi ampliada nas lembranças de Ezequiel quando diz: “era capixaba, mineiro e toda nação do nordeste todo. Do Rio Grande do Sul também tinha” (Ezequiel F. Oliveira, 2011). A narrativa mostra a itinerância daquelas pessoas e a diversidade sociocultural do local. Frente a isso, Ezequiel cria fronteiras a partir da origem geográfica da população, ao mesmo tempo que compreende todos convivendo no mesmo espaço social.

Ezequiel demonstra os laços de amizade e de solidariedade que foram sendo gestados entre as pessoas oriundas de diferentes regiões do Brasil que viviam na região: “Olha, me dei bem com os costumes aqui. Os catarinenses eram nossos vizinho. Graças a Deus [...], comprei leite pra Geni [filha] ali no seu Arsênio. Depois a vaca de leite secou e ele deu endereço lá do seu Paulinho Andrade” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

Na sequência do relato, Ezequiel faz emergir a construção da diferença a partir dos hábitos de consumir o café e o chimarrão. Contudo, esses costumes não afastavam as pessoas, mas faziam existir uma espécie de negociação entre elas: “Quando chegava visita que gostava de chimarrão, [dizia]: ‘Olha, nós usamos cafezinho’. O nordestino, do Paraná pra cá, [...] é assim. Só gente que é de origem que é acostumado no Rio Grande, é chimarrão” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

As relações de solidariedade e ajuda mútua entre vizinhos foram lembradas por Ezequiel ao mencionar que precisou de ajuda para preparar a terra e cultivar a soja, cultura que ainda não conhecia. Segundo ele: “Quem primeiro mostrou soja pra mim, sabe, não conhecia, não, foi Dorvalino, com uma pareia de boi, mais seu Sabino [ambos oriundos do Rio Grande do Sul]” (Ezequiel F. Oliveira, 2011). Esse relato mostra a introdução da soja no local e a prática adotada para o seu cultivo: “Plantado com cavalo. O cavalo riscava e plantava com a matraquinha” (Ezequiel F. Oliveira, 2011). A matraquinha a que ele se refere é uma máquina pequena usada manualmente para plantar a soja. Ao referir esse instrumento, vai explicando como se fazia, algo que se perdeu. Ezequiel menciona: “Era tudo na mão que fazia. Era tudo manual, carpia com enxada, plantava com maquininha, preparava a terra. Depois a mecanização foi chegando, aí começou entrar trator e foi melhorando”. Apenas nesse momento da fala é que Ezequiel faz referência à mecanização agrícola, aludindo que a introdução de tratores e máquinas agrícolas teria facilitado a vida dos agricultores. A narrativa de Ezequiel mostra a expansão da agricultura através da modernização no campo, bem como as alterações nas relações de produção.⁷

Vale mencionar que, assim como o senhor Izaltino, Ezequiel também se mostrava preocupado com a educação das crianças e com a falta de escolas. A iniciativa de implantar escolas não partiu da colonizadora, mas dos próprios moradores do local. Como a escola não comportava todas as crianças

7 Sobre a “modernização agrícola”, ver Silva (2002).

em idade escolar, foi preciso fazer uma seleção e encaminhar, num primeiro momento, os filhos mais velhos e, só mais tarde, inserir os demais: “Aqui não tinha escola [...]. Aí consegui mandar os dois mais velhos pra escola. Era muita gente, então os mais velhos iam primeiro e os outros que eram mais novos iam depois” (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

O senhor Ezequiel mencionou que, nas proximidades de suas terras, os conflitos agrários já haviam cessado devido às terras já terem sido “acertadas” entre a colonizadora e os posseiros. Contudo, aponta para a situação de conflito entre posseiros e jagunços na gleba Cinco Mil, uma área mais distante de sua propriedade:

Não, aqui não tinha mais briga. Pro lado do Cinco Mil tinha. Aqui, já estava legalizado, os posseiro que tinha aqui já tinha acertado com a companhia, né. [...] jagunço não tinha, não. No Cinco Mil diz que tinha, mas jagunço lá era tratado, empregado da companhia. (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

Novamente os conflitos sobre a terra são deslocados para a área de terras denominada Cinco Mil. Ao que parece, e tomando como referência as demais narrativas sobre os conflitos pela terra, esse fato é registrado como acontecimento coletivo e não individual. Sem dúvida, o conflito agrário suscita novas pesquisas pelo fato de parecer um assunto resolvido, mas estar latente no dia a dia dos moradores do distrito.

No final da entrevista, Ezequiel faz um balanço sobre sua história de vida. Menciona com orgulho ter vivido no meio rural grande parte de sua vida e só agora, por estar velho, ter passado a residir no meio urbano.

Eu trabalhava sempre. Me criei na roça, sempre de agricultor. Me casei, morei três anos lá, vim embora e continuei agricultor. Nunca morei na cidade, primeira vez que estou morando na vila é agora. Me criei na roça e vivi até agora pouco na roça, agora parei porque estou velho, né. (Ezequiel F. Oliveira, 2011).

Ezequiel se identifica como trabalhador rural, e o fato de estar residindo no distrito é justificado pela condição de estar velho, e não por opção ou por não gostar da vida na roça.

As narrativas apresentadas através das entrevistas possibilitaram perceber que o atual distrito de Bragantina se constituiu em uma paisagem social

rica pela diversidade populacional e experiências compartilhadas. Longe de um processo homogêneo, houve encontros, inter-relações, trocas de experiências, vivências, conflitos, fatos omitidos e lembrados, presentes na memória coletiva da região.

Considerações finais

A história oral foi de grande importância para esta pesquisa na medida em que abriu caminhos para historicizar os significados e as dinâmicas sociais da região, até então omitidos pela historiografia local.

As narrativas orais dos moradores do distrito de Bragantina, participantes do processo de colonização do local, apontam para outras dimensões do vivido. O senhor Izaltino rememorou o tempo em que migrou do norte do Paraná para cultivar o café no oeste do estado e teve seu sonho desfeito pelas geadas ocorridas na época. Mencionou a presença de posseiros e jagunços nas proximidades de suas terras, o medo que sentiu e a coragem de enfrentar tal situação.

A senhora Iolanda, ao rememorar sua chegada no local, fala da presença do “outro”, do paulista, do baiano e do “nortista”, gente que, segundo ela, veio a conhecer no oeste do Paraná. Ainda demonstrou o estabelecimento de laços de solidariedade entre eles, mesmo percebendo a diferenciação, seja no jeito de falar, seja no preparo dos alimentos, diferenças transformadas por ela em aprendizado e riqueza nesse espaço múltiplo.

O senhor Ezequiel rememorou sua luta para realizar o sonho de ser proprietário de uma área de terra no Paraná. Relembrou a presença de vizinhos e conhecidos que, assim como ele, eram pequenos proprietários rurais no local e que, por motivos diversos, venderam suas terras e se mudaram para Mato Grosso e Rondônia. Fala com orgulho de ter vivido no meio rural sua vida inteira e só residir na vila agora que está velho.

As memórias apontaram para inúmeras questões, que possibilitaram compreender o processo histórico da região a partir de outras memórias. Também possibilitaram um panorama diverso da formação do local pelo fato de os entrevistados terem ocupado diferentes posições sociais, terem desempenhado diferentes atividades e serem portadores de diferentes bagagens sociais e culturais. Por fim, cabe notar que a colonização representa o começo, o recomeço e a continuidade da história de vida de muitos entrevistados.

Referências

- ALBERTI, Verena. *História oral e a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- COLOGNESE, Sílvio Antônio; GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. *Tupãssi: do mito à história*. Cascavel: Edunioeste, 1999.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GREGORY, Valdir. Colonização. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 98-102.
- _____. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940/70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adeline La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- MAIOR, Laércio Souto. *História do município de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do estado do Paraná*. Maringá: Clichetec, 1996.
- MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, E. R. *O que é medicina popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

SCHREINER, Davi Félix. *Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no extremo-oeste do Paraná*. Toledo: Ed. Toledo, 1997.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 139-156.

SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. *Cidade 'Morada Amiga' no oeste do Paraná: memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960-2010)*. 111 p. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) – Unioeste, Cascavel, RS, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

WACHOWICZ, Ruy C. *Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1987.

Fontes orais

LIMA, Iolanda Gonçalves de [91 anos]. [jan. 2012]. Entrevistador: Marilda Marques. Bragançana, 17 jan. 2012.

OLIVEIRA, Ezequiel F. [83 anos]. [ago. 2011]. Entrevistador: Marilda Marques. Bragançana, 6 ago. 2011.

PESARINI, Izaltino Roberto [78 anos]. [jul. 2011]. Entrevistador: Marilda Marques, Bragançana, 7 jul. 2011.

Resumo: Este artigo tem como finalidade a reflexão sobre as narrativas de alguns moradores do distrito de Bragançana, município de Assis Chateaubriand, região oeste do Paraná. A reflexão enfoca as narrativas de três moradores, com o intuito de perceber como, no ato de rememorar as experiências da colonização e ocupação do local, a partir da década de 1960, esses sujeitos revivem os motivos que os impulsionaram a se mudar para a região, bem como a luta pela terra, os estranhamentos ao depararem-se com o “outro”, a constituição de laços de solidariedade entre vizinhos e conhecidos, as experiências compartilhadas, as diferenciações e a diversidade populacional encontrada no local.

Palavras-chave: identidade e diferença, memória, colonização, Bragançana, Assis Chateaubriand.

**Oral narratives from residents of Bragantina, a district
of the town of Assis Chateaubriand, west Paraná**

Abstract: This paper reflects on the narratives of some residents of the district of Bragantina, in Assis Chateaubriand, in the west of the Brazilian state of Paraná. It focus on narratives by three residents in order to perceive how, in the act of remembering their experiences with settling in and occupying the place in the 1960s, the subjects relive the reasons that led them to move to the area as well as the struggle for land, the strangeness when faced with the “other”, the establishment of solidarity bonds among neighbors and acquaintances, the shared experiences, the differences, and the population diversity found there.

Keywords: identity and difference, memory, settling, Bragantina, Assis Chateaubriand.

Recebido em 27/02/2017

Aprovado em 27/06/2017